



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

EUGÉNIO TCHANJONGOMBE EVARISTO MATEUS

**O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA
FACE À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA PRESENTE NA FALA DOS ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO NA PROVÍNCIA DE LUANDA, ANGOLA**

ACARAPE - CE

2020

EUGÉNIO TCHANJONGOMBE EVARISTO MATEUS

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA FACE
A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA PRESENTE NA FALA DOS ALUNOS DO ENSINO
MÉDIO NA PROVÍNCIA DE LUANDA, ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências
Humanas do Instituto de Humanidades e Letras da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial
para a obtenção do Título de Bacharel em
Humanidades.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Lia Raquel Vieira de
Andrade.

ACARAPE – CEARÁ

2020

EUGÉNIO TCHAN, NGOMBE EVARISTO MATEUS

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA FACE A
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA PRESENTE NA FALA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NA
PROVÍNCIA DE LUANDA, ANGOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas do
Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
como requisito parcial para a obtenção do Título de
Bacharel em Humanidades.

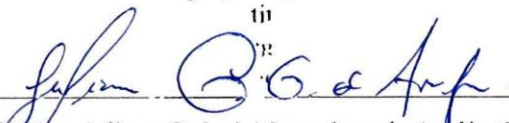
Orientadora: Prof.^a. Dra. Lia Raquel Vieira de Andrade.

Aprovado em: Araraquã, CE, 30 / 01 / 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dra. Lia Raquel Vieira de Andrade (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Prof.^a. Dra. Juliana Geórgia Gonçalves de Araújo (Examinadora Interna)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Prof.^a. Dra. Gislene Lima Carvalho (Examinadora Interna)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me mantido no caminho certo durante a concretização desse projeto de pesquisa com saúde, força e coragem para chegar até o final.

Sou grato aos meus familiares que sempre demonstraram apoio ao longo de minha trajetória, de modo especial à minha mãe, pelo amor incondicional e por ser uma fonte de inspiração. Ela nunca deixou de me incentivar e de acreditar em mim, embora distante, não deixou de me dar forças ao longo do curso, o que fez com que eu não me desanimasse.

Agradeço a minha orientadora Lia Raquel Vieira de Andrade por ter aceitado conduzir o meu trabalho de pesquisa, mesmo com o seu escasso tempo, ainda assim, se disponibilizou a orientar-me na presente pesquisa. Agradeço pela sua tamanha atenção, dedicação, motivação, compreensão e pela paciência com o meu trabalho de pesquisa e também não posso deixar de agradecer pelas suas valiosas contribuições dadas em todo o processo.

Agradeço também a todos os meus amigos que, de forma direta ou indireta, mostraram o seu apoio no decorrer da minha formação.

Aos colegas do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, mas sempre com o espírito colaborativo.

A todos os professores que contribuíram e ainda continuam contribuindo com a minha formação acadêmica e social durante a minha vida, pois tenho eles como os principais mentores da minha formação.

E, por último, mas não menos importante, a todos os profissionais que prestam serviço a esta universidade em geral. Ao pessoal da limpeza, do restaurante universitário, aos motoristas do Inter campi, à coordenação do nosso curso, BHU. Ao Instituto de Humanidades (IH), de uma forma especial, pela oportunidade que me concedeu de poder me graduar e por cuidar da minha estadia aqui, oferecendo-me assistência estudantil, alimentação, moradia, transporte e cuidados de saúde.

RESUMO

Com esse projeto de pesquisa pretendemos apresentar reflexões a respeito da relação entre a variação linguística no português falado em Angola e as metodologias de ensino utilizadas pelos professores no processo de ensino da Língua Portuguesa no que tange o desenvolvimento da capacidade da produção oral e escrita dos alunos do ensino médio da província de Luanda. Procedemos com uma pesquisa bibliográfica que nos forneceu referências para o embasamento das variações linguísticas no português falado pelos alunos da província de Luanda. Pretendemos utilizar como suporte metodológico um levantamento bibliográfico a qual nos possibilitará compreender o processo de escolarização do Português em Luanda frente à variação linguística dos alunos do ensino médio da referida província. Nessa perspectiva, o presente projeto tem como objetivo compreender como se dá o processo de ensino do português em Luanda e identificar as possíveis dificuldades que os alunos enfrentam durante o processo de aprendizagem do português no contexto de sala de aula, levando em conta a variação linguística. Como embasamento teórico desse projeto, nos pautamos sobre os estudos de Mateus e Cardeira (2007), de Cunha e Cintra (2013), e de Undolo (2016; 2019), sobre a variação linguística no português, dando destaque às suas variedades, com intuito de compreender a situação da realidade linguística do português falado em Angola. Abordamos ainda o processo de escolarização da Língua Portuguesa, identificando o paradoxo entre a língua praticada e a língua que se ensina nas escolas (UNDOLO, 2019). No que concerne à análise das particularidades linguísticas dos falantes de Língua Portuguesa em Luanda, levando em consideração as possíveis interferências das línguas nativas angolanas no processo de constituição do próprio português, nos baseamos nos estudos de Teresa; Sebastião e Bento (2010), de Inverno (2004), e de Undolo (2016; 2019). Portanto, espera-se que com esse trabalho, possamos ampliar discussões concernente a temática em questão e também contribuir em um estudo mais apurado sobre o Português Angolano a fim de que o ensino da Língua Portuguesa possa ser aplicado de forma contextualizado.

Palavras-chave: Variação linguística; metodologias de ensino; processo de ensino-aprendizagem; Língua Portuguesa.

SUMÁRIO

1 TEMA.....	7
1.1 Delimitação do tema.....	7
2 OBJETIVOS.....	7
2.1 Objetivo geral:	7
2.2 Objetivos específicos:	7
3 PROBLEMA.....	8
4 JUSTIFICATIVA.....	9
5 HIPÓTESES	13
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
6.1 Variação linguística no português	14
6.2 O processo de escolarização da Língua Portuguesa em Luanda	18
6.3 Caracterização da Língua Portuguesa em Luanda.....	23
7 METODOLOGIA	28
8 CRONOGRAMA	29
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

1 TEMA

Ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa e variação linguística em Angola.

1.1 Delimitação do tema

Metodologias de ensino de Língua Portuguesa em escolas de ensino médio na província de Luanda frente à variação linguística.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

- Compreender como se procede o processo de ensino-aprendizagem do Português frente às variações linguísticas presentes nos alunos do ensino médio, na província de Luanda.

2.2 Objetivos específicos:

- Identificar as metodologias que os professores utilizam para o ensino do Português na província de Luanda;
- Analisar se as metodologias usadas para a escolarização do Português promovem o ensino considerando a variedade linguística que se observa em Luanda;
- Ampliar discussões sobre o português ensinado pelos professores e o português praticado pelos alunos luandenses, do ensino médio na província de Luanda.
- Contribuir para um estudo apurado do Português Angolano e, conseqüentemente, aplicar esses estudos no contexto escolar, na província de Luanda, durante o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa.

3 PROBLEMA

O foco de nossa pesquisa, a variação linguística no contexto escolar de Luanda, parte da necessidade de compreender como ocorre o processo de ensino-aprendizagem do português, tendo em conta a variação linguística dos alunos de ensino médio na província de Luanda, na medida em que se verifica um nível considerável de dificuldades que os professores têm de articular a norma de ensino face a variação linguística dos aprendizes.

Diante dessas considerações feitas, levantamos o seguinte questionamento: O português ensinado em Luanda, assim como as abordagens metodológicas e as estratégias do seu ensino, reflete a realidade dos alunos e favorece a valorização e o respeito pela diversidade linguística dos mesmos?

4 JUSTIFICATIVA

O interesse pela temática proposta surgiu a partir de uma experiência pessoal como aluno do ensino médio, durante os anos 2012, 2013 e 2014 respectivamente, na Escola do Ensino Secundário do IIº Ciclo N° 4056 – IBA/KIKOLO (Instituto Bíblico de Angola), situado no município de Cacuaco, na província de Luanda, Angola. Durante esse período de formação, constatava que os professores que lecionavam a disciplina Língua Portuguesa marginalizavam os alunos que não falavam nos conformes da gramática tradicional, e como também marginalizavam aqueles alunos que não memorizavam as regras pré-estabelecidas nessas mesmas gramáticas. No entanto, esta prática não garante a liberdade dos alunos construírem seus próprios conhecimentos e isso gera um nível considerável de dificuldades que os alunos apresentam na aprendizagem do português, no contexto sala de aula.

O recorte do tema fundamenta-se pelo fato de os alunos do ensino médio em Luanda possuírem conhecimentos linguísticos com um nível já desenvolvido em relação aos alunos que se encontram nos primeiros anos de escolarização, no caso o ensino fundamental. Nesse sentido, é imprescindível que o ensino do português na província de Luanda possa levar em consideração diversidades culturais e linguísticas que se observam, especialmente, nos alunos do ensino médio, do respectivo território.

Vale ressaltar que Luanda, capital de Angola, é considerada a província com menor dimensão territorial, porém, é a primeira onde se encontra um fluxo maior de população, se comparada às restantes províncias do país. Estima-se, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), de acordo com o Censo realizado em 2014¹, que na província de Luanda vivem cerca de quase 7 (sete) milhões de habitantes. Esta região tem uma superfície de 2.418 km², composta por sete municípios, nomeadamente: Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Quissama e Viana.

O interesse por este trabalho, justifica-se pelo fato de se constatar um número considerável de publicações que dão conta da situação linguística de Angola, temos as seguintes: Quinta, Brás e Gonçalves (2017); Neves (2016); Nauege (2015); Massanga (2013); Quino (2009). Nesta perspectiva, percebe-se que, segundo os estudos

¹ CENSO 2014, Angola – disponível em: http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014&xpgid=provincias&provincias-generic-detail_qry=BOUI=10327808&actualmenu=10327808&actualmenu=10495299. Acesso em: 12 abr. 2018.

publicados, os autores preocupam-se mais pela questão da valorização das línguas nativas africanas faladas em Angola, dentro do sistema de ensino do país. Dessa forma, a preocupação dos autores baseia-se especialmente em propor um modelo de sistema de ensino que devia levar em conta a implementação das línguas nativas africanas no currículo angolano de modo a contribuir na integração, valorização e promoção das culturas que se encontra no país.

Partindo do que foi exposto acima, podemos constatar que pouco se fala e pouco se produz sobre a situação do ensino da Língua Portuguesa em Angola, tendo em conta a variação linguística que se observa nos falantes no respectivo território. Nosso objetivo é compreender como se dá o processo de ensino do português em Luanda e identificar as possíveis dificuldades que os alunos enfrentam durante o processo de aprendizagem do português no contexto de sala de aula, levando em conta a variação linguística. Desse modo, esperamos, assim, que este trabalho possa servir de apoio e possa contribuir para as futuras pesquisas voltadas para o tema em questão.

De acordo com a Constituição da República de Angola atualizada no ano de 2010, precisamente no artigo 19.º, “a língua oficial da República de Angola é o português (ANGOLA, 2010, p. 09)”. Neste sentido, o Português tem o estatuto de língua veicular e de comunicação. É língua veicular na medida que se observa com maior realce nas instituições e organizações de atendimento público, tais como: no mercado, no teatro, na literatura. Por sua vez, é língua de comunicação na medida que se propaga com mais frequência nos serviços de telecomunicação, nomeadamente, nos canais televisivos, na rádio, no cinema. Em termos de ensino, a Língua Portuguesa em Angola é de caráter obrigatório nas escolas e é ensinada em todos os níveis curriculares, a partir do ensino fundamental até a fase universitária.

Em Angola, geralmente, o ensino médio é tido como um nível de formação pré-universitária, fase onde os alunos preparam-se e aprimoram-se com conhecimentos diversificados para depois entrar na Universidade. É precisamente neste período de formação que se percebe que os professores não incentivam a diversidade linguística presentes nos alunos. Principalmente, nas aulas da disciplina de Língua Portuguesa, os professores marginalizam os alunos que não falam o Português que está prescrito na gramática tradicional portuguesa.

Como consequência disso, há dificuldades apresentadas pelos alunos na aprendizagem do Português estabelecido nas gramáticas tradicionais. Isso acontece com maior regularidade nas metodologias utilizadas por professores que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa, na província de Luanda, uma vez que o português ensinado por estes não reflete e tampouco faz parte da realidade prática, social, linguística e cultural dos alunos.

Luanda, Capital de Angola, é considerada como uma região multiétnica, pois o seu território é constituído por pessoas de diferentes culturas e etnias provindas de outras províncias do país. Consequentemente, estes indivíduos são falantes de diferentes línguas, como consequência disso, Luanda é considerada como uma sociedade multilingue. Assim sendo, verifica-se um nível considerável de diversidade linguística por conta dos falantes que vivem e que se encontram no respectivo território. Para além do Português fala-se outras línguas nativas que mais se destacam, nomeadamente o Kimbundu, o Umbundu e o Kikongo.

Conforme ilustram Teresa, Sebastião e Bento (2010), apesar desta diversidade linguística que caracteriza os falantes luandenses, o Português aparece como a língua falada com mais frequência nos diversos contextos da vida social, nomeadamente nas escolas, nas atividades comerciais, nos mercados de trabalho, nos canais televisivos, nos jornais, nas instituições jurídicas e nas relações internacionais.

É consensual que a língua não é homogênea, assim como deixam subentender Mateus e Cardeira (2007), ela vai mudando de forma de acordo o tempo, da área geográfica e da dinâmica da sociedade, tal mudança ocorre também no âmbito social, situacional e geográfico ou regional. Assim, acontece também com a Língua Portuguesa que apresenta as suas variações de acordo o tipo de sociedade, contexto e região. No entanto, é notório essa variedade linguística do Português nos falantes da província de Luanda, sobretudo nos alunos, no contexto de sala de aula.

No que tange ao processo de ensino-aprendizagem do Português, verifica-se um grande nível de dificuldade de aprendizagem por parte dos alunos, pois mesmo com o surgimento do método da pedagogia nova proposta por Paulo Freire (1967), que consiste no perfil que o professor tem de proporcionar um clima de paz e liberdade aos alunos, para que estes possam refletir e exprimir seus próprios conhecimentos. Assim sendo, o perfil do professor é como de facilitador, por sua vez, o objeto principal que

permitirá o ensino da Língua Portuguesa serão os conhecimentos linguísticos prévios que os alunos já trazem consigo. Nesta perspectiva, o ensino da língua deve levar em consideração a promoção e o respeito pelos conhecimentos linguísticos prévios e pela variação linguística.

Assim como afirma o professor Paulino Soma Adriano durante um programa concedido na TV Zimbo “Debate Livre”², os professores insistem no uso do método tradicional, na monopolização do seu discurso, sem dar total liberdade ao aluno para produzir o seu próprio conhecimento linguístico. Os professores, geralmente, empregam recursos didáticos produzidos por gramáticos portugueses, especialistas que vivem em realidades completamente diferentes daqueles que vão adquirir os conhecimentos.

Portanto, verifica-se que os professores fazem uso da gramática tradicional para ensinar a língua, em que o aluno deve simplesmente memorizar as regras prescritas na mesma. Paralelamente, observa-se que os professores não valorizam os conhecimentos linguísticos e culturais que o aluno traz consigo a partir de casa, do seu meio familiar, daí como consequência, origina-se a discriminação e marginalização dos alunos que não falam o Português padrão.

O presente trabalho de pesquisa visa contribuir com o embasamento teórico sobre o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa tendo em conta as variações linguísticas presentes nos alunos, do ensino médio, na província de Luanda, Angola. Ademais, nosso objetivo principal é compreender como se dá o processo de ensino do Português no período do ensino médio, nas escolas de Luanda e identificar as dificuldades que os alunos enfrentam durante o aprendizado de língua portuguesa frente às metodologias de ensino utilizadas pelos professores para o ensino do Português.

Também pretendemos apresentar uma série de reflexões quanto à variação linguística no português falado em Angola e, precisamente, na província de Luanda. Pretendemos sugerir reflexões sobre as metodologias e as estratégias de ensino utilizadas pelos professores mediante o processo de escolarização da Língua Portuguesa com vista a desenvolver nos alunos luandenses a competência e proficiência linguísticas, para que estes sejam capazes de produzir textos em Português, não obstante possam também se comunicar com mais eficácia e eficiência.

² O ensino da Língua Portuguesa em Angola. Debate Livre, Luanda: Tv Zimbo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kilK115HO4s>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

5 HIPÓTESES

Dada a importância da temática em questão, nestes seguintes parágrafos procuramos trazer as hipóteses que de certa maneira vão nos suscitar algumas possibilidades de dar respostas concernente o problema da pesquisa, assim temos:

- Segundo se pode constatar que, na província de Luanda, o ensino da língua portuguesa baseia-se apenas nas gramáticas tradicionais do Português europeu, assim sendo, como já fizemos menção anteriormente, os alunos simplesmente memorizam as regras gramaticais impostas nos tais manuais;
- Entretanto, identifica-se que os manuais usados pelos professores para o ensino da língua são provindos de Portugal, escritos por gramáticos e linguistas portugueses tais como: Maria H. Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte, Esperança Cardeira, Isabel Hub Faria, José Maria Relvas e Carlos Álvares. Pesquisadores que fazem o estudo de suas realidades linguísticas que são completamente diferente da realidade dos alunos luandenses;
- Tal fato pode estar associado à possíveis dificuldades no processo de ensino-aprendizagem do Português levando em conta a variação linguística dos alunos luandenses, primeiramente, pela falta de materiais didáticos e devido a carência de metodologias que favorecem o ensino da Língua Portuguesa levando em conta a realidade linguística praticada pelos alunos, na província de Luanda;
- Nesse sentido, há um distanciamento entre o Português ensinado e o Português praticado, noutros termos, os professores ensinam uma língua completamente diferente e que não reflete a realidade prática dos alunos. Por conta disso, o ensino da Língua Portuguesa é baseado na prescrição de normas e de regras pré-estabelecidas nas gramáticas tradicionais e noutros manuais didáticos prescritivos;
- Com base nessa realidade, verifica-se a necessidade de ampliar discussões e debates acerca da situação do processo de escolarização do português, igualmente verifica-se a necessidade de se investir e apostar mais nos especialistas da área que possam produzir e realizar estudos apurados, genuinamente descritivos e não o contrário, a fim de que o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa possa ser aplicado sem descurar as variações linguísticas presentes nos alunos na província de Luanda.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o interesse de apresentar um embasamento teórico a fim de contribuir numa série de reflexões para a compreensão sobre o processo de ensino-aprendizagem do português falado em Angola, sem descuidar as variações linguísticas presentes nos alunos do ensino médio, em particular os alunos da província de Luanda, nos apropriamos de um levantamento bibliográfico que aborda temáticas concernente a situação da Língua Portuguesa em Angola, tendo em conta os subsídios para a aplicação do seu ensino no presente território.

Entretanto, neste primeiro momento será desenvolvida uma abordagem com respaldo teórico-científico sobre a variação linguística no português, destacando as suas variedades, com intuito de compreendermos a situação da realidade linguística do português falado em Angola, uma nova língua que se configurou no espaço angolano. Do mesmo modo, essa abordagem nos fornecerá embasamento para compreender as particularidades linguísticas dos alunos do ensino médio, da província de Luanda. Em seguida, será abordado sobre o processo de escolarização da Língua Portuguesa, identificando o paradoxo que se constata no português falado pelos alunos luandenses em detrimento do português que se ensina nas escolas. Por sua vez, em última instância será analisado a caracterização linguística dos falantes da Língua Portuguesa na província de Luanda, levando em consideração as possíveis interferências e influências das línguas nativas angolanas no processo de constituição do próprio português.

6.1 Variação linguística no português

É do nosso conhecimento que as sociedades têm, essencialmente, caráter dinâmico, pois elas variam com o passar do tempo. Os hábitos, os costumes e os valores culturais de uma determinada sociedade não são estáticos, mudam mediante às coerções históricas e culturais. É importante ainda destacar que o desenvolvimento das tecnologias também influenciam nessas mudanças. Com o aprimoramento das tecnologias passou a se constatar um nível considerável de pessoas que fazem o uso de aparelhos e dispositivos tecnológicos. Desse modo, essa apropriação da tecnologia veio alterar as relações sociais estabelecidas entre as pessoas de uma dada sociedade. Assim acontece também com a língua. Embora, muitas vezes, nem sempre se perceba a variação, a língua tem as mudanças ao longo do tempo, acompanhando a dinâmica da sociedade.

Tal como nos mostram Mateus e Cardeira (2007, p. 43) “e como todo ser humano muda durante a vida- embora nem sempre sinta essa mudança-, também a língua que nos acompanha muda e se adapta às nossas novas necessidades, mantendo, no entanto, a sua identidade”. Desse modo, as autoras entendem variação linguística como sendo

[...] o fenómeno presente em todas línguas naturais, encaradas como sistemas dinâmicos, e que se traduz pela diversidade do seu uso pelos falantes. As línguas variam no tempo (variação diacrónica), no espaço geográfico (variação diatópica), na sociedade (variação diastrática) e segundo as modalidades expressivas (variação diafásica) (MATEUS; CARDEIRA, 2007, p. 80).

Tais idéias são também compartilhadas por Cunha e Cintra (2013, p.05), que afirmam que “variação linguística é a propriedade inerente às línguas de se modificarem em função da área geográfica, da sociedade e do tempo. Deste fato resultam as diferentes variedades linguísticas”. Nessa perspectiva, por variação linguística entende-se como sendo as várias formas que uma mesma língua se apresenta em detrimento do tempo, da sociedade e da região.

Segundo os autores, ainda se pode ler:

As VARIEDADES GEOGRÁFICAS (também chamadas DIALETOS REGIONAIS ou, simplesmente, DIALETOS) correspondem às diferentes utilizações de uma língua ao longo do seu território. Chamam-se VARIEDADES SOCIAIS (ou SOCIOLETOS) as variedades de uma língua faladas por determinados grupos ou classes sociais, ou seja, por pessoas que partilham o mesmo ambiente socioeconómico ou educacional. [...] As VARIEDADES SITUACIONAIS decorrem da competência comunicativa própria dos falantes, isto é, da capacidade de adaptarem a língua e de colocarem ao serviço de situações específicas de comunicação, em função das características dos interlocutores e do tipo de relação, mais ou menos formal, que mantêm com estes. Da mesma forma, o uso da língua diverge necessariamente consoante se pretenda produzir um discurso escrito ou um discurso oral (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 05).

Assim, acontece também com a Língua Portuguesa, nesta perspectiva, o português apresenta as suas variações de acordo o tipo de sociedade, o contexto e a região. A Língua Portuguesa, doravante LP, tem suas variações em três níveis: fonético-fonológica, lexical e morfológica. No contexto da província de Luanda, em Angola, os alunos falantes do português realizam construções linguísticas que se diferenciam

notavelmente do português falado em Portugal, igualmente é o caso de Brasil. Nesse sentido, é notório essa variedade linguística do português nos falantes da província de Luanda, sobretudo, nos alunos do ensino médio, em contexto desala de aula.

Segundo Undolo (2016)

um falante nativo do Português Angolano (PA), ou mesmo, não nativo, residente em Angola, será capaz de reconhecer a sua variedade linguística da LP e de reconhecer que outras variedades linguísticas da LP, tais como o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB), não são a sua. Este reconhecimento acusa uma certa consciência da existência dos fenómenos e fatores de variação (UNDOLO, 2016, p. 70).

O reconhecimento e, consequentemente, a consciência de se perceber os fenómenos e fatores de variação da LP em Angola, nos dá a entender uma existência do Português Angolano. Um novo tipo de língua que se fala dentro do território e que se difere do Português Europeu, assim como também do Português Brasileiro, apresentando, portanto, as suas respectivas variações.

Undolo (2019), exemplifica nos seguintes termos:

[...] Por exemplo, ouvir um apresentador *pivot* do Telejornal da TPA não é a mesma coisa quando se ouve um apresentador *pivot* do Telejornal da RTP. Nitidamente percebe-se, mesmo sem olhar para o ecrã, que um é cidadão angolano, e outro é cidadão português. Porém, as diferenças sentidas não fazem do cidadão angolano menos competente do ponto de vista de *performance* do que o cidadão português (UNDOLO, 2019, p. 24, grifo do autor).

Nestes termos, podemos compreender que os povos não falam a mesma LP, com isso, quer dizer que existem diferentes variedades da LP, nomeadamente Português Europeu (PE), Português Brasileiro (PB) e Português Angolano (PA). Assim sendo, percebe-se que o PA é o Português que se confira em Angola, e que é falado pelos indivíduos nativos do país. Tal como define Undolo (2019)

[...] por PA, entende-se um conjunto de dialectos do português nacional. O termo dialecto designa um conjunto das variações que a língua apresenta no plano da pronúncia, da sintaxe, do vocabulário, etc., de grupo social em grupo social, ou de região geográfica em região geográfica de um mesmo país. Por exemplo, o português falado no Namibe não é, exactamente, o português falado no Dundo, ou em Cabinda (ibid., p. 23).

Diante de tudo que se considerou, podemos afirmar que a variação linguística é o movimento comum e natural de toda e qualquer língua que, portanto, varia principalmente por fatores históricos e culturais.

Todavia, conforme Mateus e Cardeira (2007), entendem que:

[...] a língua com que comunicamos uns com os outros e connosco mesmos exhibe a sua vitalidade e mostra que é um **organismo vivo**, uma forma indissociável das restantes manifestações do corpo humano. Por isso, todas estas formas de utilização concorrem para a variação da língua e para a sua mudança no tempo e no espaço (MATEUS; CARDEIRA, p.68, grifo do autor).

Neste sentido, a LP vive, cresce, muda, enfim, tem a capacidade de apresentar os seus fenómenos linguísticos devido ao uso constante que os falantes fazem dela, como meio de se comunicar, igualmente como meio de expressar as emoções, os sentimentos, os desejos, assim como a visão que o sujeito falante tem do mundo e do seu meio social.

No que diz respeito o avanço e a aceleração dos falantes de LP na província de Luanda, em Angola, de acordo com Undolo (2016):

não se deve ignorar que, em Angola, já se fala português há séculos e que há séculos essa mesma língua está em contacto com várias línguas e culturas africanas, o que, desde cedo, a tornou susceptível a influências e consequentes alterações, não só estruturais, mas também funcionais, tendo a descolonização apenas acelerado esse processo (UNDOLO, 2016, p. 71-72).

É importante fazer menção que durante a época colonial, o processo de assimilação da língua e cultura portuguesa pelos angolanos nativos era um fator que garantia privilégios e ascensão social para os mesmos. Diante desta realidade, para se ter uma posição socialmente privilegiada era obrigatório aprender a falar, a escrever e a se comunicar em português. Assim sendo, com a independência do país em 1975, em Luanda, o português passou a ser utilizado com mais frequência e tendo contacto muitas vezes com as línguas africanas em Angola. Portanto, se verificou as influências, as alterações e o próprio enriquecimento da LP a partir dos vocábulos que recebe das línguas e culturas africanas.

Ademais, o autor acrescenta de forma a contextualizar a dimensão que o português representa em Angola, neste seguinte parágrafo:

[...] com a independência nacional, o uso da LP difundiu-se e os sinais da sua angolanidade expandiram-se. Há factores que podem estar relacionados com essa difusão: a opção pela LP

como língua oficial e de unidade nacional; o longo período de guerra civil, motivador do esvaziamento das zonas rurais e êxodo para determinados centros urbanos (Luanda, Benguela, Lubango), onde a língua veicular é evidentemente o português, tornando-se a L2 com mais falantes, para além de ser já L1 de boa parte dos naturais daqueles centros urbanos; a centralidade que a LP ocupou na vida em sociedade ou na organização social, à escala nacional e internacional, nas relações políticas, económicas, sociais, com outros Estados (UNDOLO, 2016, p. 72).

Entretanto, ainda se pode ler em Undolo (2016)

No que ao contexto de utilização da LP diz respeito, à escala nacional, verifica-se que ela é a única língua que não conhece barreiras decorrentes da variação de contextos, não circunscrevendo o seu uso a ocasiões ou a lugares específicos. Isto significa que os falantes são mais expostos à LP do que a qualquer língua angolana (UNDOLO, 2016, p. 100).

A utilização da LP como a única língua oficial e reconhecida legalmente pelo Estado Angolano garantiu que fosse apenas a única língua de uso obrigatório nas escolas, nas instituições jurídicas, nas relações internacionais, no comércio, nos jornais e com maior influência nos canais televisivos. Nesse sentido, em comparação com outras línguas faladas em Angola, em particular na província de Luanda, a LP ultrapassa barreiras mediante o seu uso, assim sendo mais exposto aos alunos e na comunidade em geral.

6.2 O processo de escolarização da Língua Portuguesa em Luanda

O ensino da Língua Portuguesa na província de Luanda é um assunto que tem suscitado vários questionamentos e debates entre especialistas, pesquisadores e linguístas que vivem em Angola, porém é um assunto que deve se levar em conta com muita atenção. Nesse sentido, é com justa razão que importa-nos tecer algumas considerações teóricas que nos ajudarão a compreender como se procede a escolarização do português sem descurar as variações linguísticas presentes nos alunos do ensino médio nesta província.

Assim conforme entendem Teresa, Sebastião e Bento (2010)

A escolha do português para língua oficial e veicular de Angola levou a que fosse essa a língua do poder, adoptada pelo sistema político, económico e educativo do país. Por isso mesmo o português, e apenas este, figura como língua ensinada aos alunos que frequentam a escola (TERESA; SEBASTIÃO; BENTO, 2010, p. 57).

De acordo com a Constituição da República de Angola atualizada no ano de 2010, precisamente no artigo 19.º “a língua oficial da República de Angola é o português (ANGOLA, 2010, p. 09)”. Nesse sentido, conforme já deixamos patente na seção anterior, o português tem o estatuto de língua veicular, de comunicação e do poder.

Do mesmo modo, nos termos da Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, n.º 17/16, de 7 de Outubro, artigo 16.º, números 1 e 2, lê-se: “O Ensino deve ser ministrado em Português”. “O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização no ensino das demais línguas de Angola [...]”. Portanto, pode-se compreender que, em termos de ensino, a Língua Portuguesa em Angola é de carácter obrigatório, usada pelo Estado nas escolas. É ensinada em todos os níveis curriculares, a partir do ensino fundamental até a fase universitária.

Undolo empreende esforços para compreender a problemática linguística da LP em Angola, segundo o autor:

Em Angola, debate-se sobre a “tese” da existência de dois modelos linguísticos do idioma português: o primeiro é um modelo linguístico importado, isto é, a norma padrão do Português europeu (que corresponde ao oficial da República Portuguesa); o segundo é um modelo linguístico implícito nativo (de Angola). Sendo este último a variante por meio da qual se actualiza sistematicamente a competência dos falantes angolanos em geral. Tal se verifica na escola, na TV, na rádio, no parlamento, por exemplo (UNDOLO, 2019, p. 17).

É notório que a existência desses dois modelos linguísticos distintos (português europeu e angolano) proporcionam fundamentos em torno da problemática da LP no país. Nesta ordem de pensamento, o primeiro se configura como o modelo linguístico importado e estrangeiro, que se registra como sendo a norma ideal a ser seguido e que não faz parte da realidade linguística e cultural dos falantes nativos. Ao passo que, o segundo se configura como o modelo linguístico nativo, na qual se registra, demarca e representa como sendo a norma real usado pelos falantes em Angola.

Neste sentido, o autor ainda comenta o seguinte:

O PA, ao qual me tenho referido, é, como já o disse, uma variedade do idioma português, elemento que veicula a literatura nacional, oral ou escrita; a música nacional, bem como o teatro, o humor, só para citar como exemplo. É esta variedade, ainda pouco estudada, que se expandiu e se vem institucionalizando, sendo aceite e usual nas escolas, nos

órgãos de comunicação social, etc., e que já é uma língua de unidade nacional, quer dizer, um símbolo de identidade, sendo, pois, uma parte do património cultural imaterial nacional (UNDOLO, 2019, p. 101).

Assim sendo, de acordo com Undolo (2019) todos os falantes de Português, desde mais pequeno, consideravelmente dominam a variedade linguística do seu grupo social, da sua região geográfica, tendo o português como a sua língua materna. No entanto, o que se espera é que à sua entrada na escola, a criança entra em contacto com um novo dialecto, correspondente à norma, uma língua padrão.

Torna-se importante trazer uma breve consideração sobre a questão norma da língua, a fim de melhor situar o que está se debatendo na presente seção. Nesta óptica, por norma da língua segundo Mateus e Cardeira (2007, p. 21, grifo do autor) “Podemos defini-la como a modalidade linguística escolhida por uma sociedade enquanto modelo de comunicação. É portanto, um modelo, um **padrão** supradialectal”. Dada a definição, podemos compreender que a norma da língua é a maneira de falar e escrever que é considerada correcta pela comunidade de que fazemos parte. Porém, é uma prática padronizada transmitida pela escola.

Segundo Undolo (2019)

[...] o professor e o aluno não sempre falam o mesmo dialecto, porque cada um traz o seu próprio dialecto de casa. [...] Em Angola, tal modelo já não coincide com a norma padrão do PE. Especula-se ser este o que deve empregar-se nos actos formais de comunicação (UNDOLO, 2019, p. 20).

A ideia de usar o Português Europeu como o modelo aceitável que deve ser empregado nos atos formais de comunicação em Angola, na província de Luanda em particular, ainda é muito patente até mesmo nos dias de hoje. Uma vez que tal modelo linguístico já não coincide e nunca coincidiu com o modelo linguístico real, nativo dos falantes que vivem no respectivo território surge a preocupação de repensar mediante a aplicação de uma nova política linguística que refletisse e integrasse o vasto património linguístico dos mesmos.

Uma outra possibilidade sustentada por Quino, lê-se o seguinte:

Demarca-setrês grupos caracterizadores deste processo de escolarização nomeadamente, os alunos que têm o português como língua materna, os que têm uma língua africana de Angola como língua materna e ainda os alunos que não dominam nenhuma língua em particular, mas que, ainda assim, têm o português como língua materna (QUINO apud TERESA; SEBASTIÃO; BENTO, 2010, p. 57).

Para além do português, os falantes luandenses fazem o uso de outras línguas africanas de Angola, dos que mais se destacam temos: o Kimbundu, o Kikongo e o Umbundu. Sendo este último a segunda língua mais falada no território perdendo apenas para a LP. Conforme confirmam Teresa, Sebastião e Bento (2010, p. 07), “o Umbundu (4.000.000), o Kimbundo (3.000.000) e o Kicongo (1.144.000 falantes). O português é falado, maioritariamente, por habitantes dos centros urbanos do litoral, como elites e jovens”. Nesse sentido, “[...] assim, o idioma mais falado como língua materna em Angola, a seguir ao Português, é o Umbundu” (QUINTA; BRÁS; GONÇALVES, 2017, p. 147).

No entanto, de acordo com Teresa, Sebastião e Bento (2010)

[...] a grande maioria das pessoas encarregues do processo de assimilação da língua e cultura portuguesa, aquando da colonização, não teriam elas próprias um profundo conhecimento das mesmas, [...], o que levou a um processo de aquisição linguística imperfeito e desviante do seu original, “contaminado” pelas línguas nativas de origem. [...] já que o primeiro contacto que estes tiveram com o português foi através de outros falantes que não dominavam a língua, logo a sua língua materna resultou numa variação do português padrão, simultaneamente baseado e distanciado do mesmo[...]. É portanto esse conhecimento que os alunos levam consigo quando chegam à idade escolar e entram em contacto com o sistema de ensino lecionado em português padrão. Alguns especialistas defendem que ‘este factor em particular tem contribuído para um baixo rendimento escolar dos estudantes nas matérias ministradas nas escolas, já que a Língua Portuguesa é também o veículo pelo qual se processa o ensino’. Trata-se portanto de um ciclo repetitivo: se o aluno não domina a língua, o processo de aprendizagem será mais difícil e moroso, e por conseguinte, descem os níveis de motivação bem como as taxas de sucesso escolar (TERESA; SEBASTIÃO; BENTO, 2010, p. 57- 58).

É nesta perspectiva que interessa tocar o tema da discriminação e marginalização dos falantes que não usam a língua-padrão, uma situação progressiva que nasce durante os anos escolares e que acompanha o indivíduo ao longo da sua vida. Qualquer cenário de desvio é imediatamente originador de exclusão.

Podemos observar que, na província de Luanda, os professores falam um dialecto da LP diferente dos alunos, tendo em conta que os estes evidentemente vivem e encontram-se em diferentes realidades culturais e situações sociais distintas. Neste território, geralmente, os professores saem dos centros urbanos com maior cobertura econômica e vão praticar as suas profissões nas escolas que se encontram nos espaços periféricos. Entretanto, os professores levam consigo uma linguagem bastante diferente

dos seus alunos e assim se procede o ensino da LP com base nessa diferenciação abrindo portas para marginalizar as linguagens que os seus alunos carregam a partir de casa.

Como exemplo mais elucidativo, conforme nos apresenta Quino (apud Teresa; Sebastião; Bento, 2010, p. 59) “o caso dos manuais e outros livros didáticos que, ao apresentarem as variedades linguísticas, sugerem que estas devam ser evitadas na escrita e em situações mais formais”. Os manuais e os livros didáticos têm uma força maior na marginalização das variedades linguísticas presente nos estudantes que não falam a língua-padrão. Nestes termos, a marginalização é notavelmente iniciada nas escolas, sendo este um espaço formal.

Segundo Undolo (2019, p. 101) “defendo que qualquer sistema de educação e ensino de um país deve ter como preocupação maior a preservação da cultura nacional”. Para que haja um ensino de qualidade é necessário que se preserve, se promova e se integra os valores culturais que refletem o modo de vida dos indivíduos de uma nação. No caso de Angola, especificamente na província de Luanda, a qualidade de ensino da LP e o seu processo de escolarização só será possível se ao mesmo tempo levarem em conta o respeito e a promoção do capital cultural dos alunos.

Nesta perspectiva, de acordo com o autor

[...] Planificar o ensino desta disciplina em Angola é, no meu entender, uma tarefa que deve ser acompanhada de estudos científicos em distintos domínios do saber, tais como, por exemplo, da linguística contrastiva, da linguística africana, da didática de línguas, da história africana e angolana, da filosofia tradicional, da antropologia, entre outros domínios afins (UNDOLO, 2019, p. 103-104).

Partindo dessa afirmação, entende-se que o aprimoramento e o domínio destes tipos de conhecimentos puramente nativos da realidade angolana e conhecimento linguísticos deverá fornecer ao professor, docente um embasamento teórico-científico e empírico que lhe vai permitir e facilitar na planificação da disciplina Língua Portuguesa. Assim sendo, a apropriação de tais conteúdos deverá facilitar o ensino-aprendizagem da LP tendo em conta os fatores socioeconómico e cultural dos alunos luandenses.

No sentido de pensar nas estratégias de desenvolvimento do processo de escolarização da LP em Luanda, de acordo com o autor

O caminho para o alcance de uma gestão eficiente de ensino de Português como disciplina curricular faz-se mediante uma nova política linguística referente ao estatuto do português

em Angola. Entretanto, a sugestiva revisão ao estatuto desta língua deverá ser anterior a um estudo científico aturado do PA, no sentido de permitir que se consiga a sua harmonização e normalização respectivamente. [...] torna-se premente não só investir na formação inicial como também na formação contínua dos professores. Desenvolver e aplicar sistemas de avaliação do desempenho docente, no sentido de assegurar e garantir a eficiência no processo de ensino-aprendizagem (UNDOLO, 2019, p. 104).

Partindo dessa ideia, nos dá a entender para que o ensino-aprendizagem da disciplina Língua Portuguesa em Angola seja dada de forma eficiente e eficaz torna-se necessário repensar em uma nova política linguística, que, assim, possibilitará rever o estatuto do português no país. E para que isso aconteça, é necessário investir mais em estudos científicos e descritivos propriamente do Português Angolano, tendo em conta as suas respectivas particularidades, de forma a contextualizar o processo de ensino-aprendizagem da língua em questão. Igualmente, torna-se ainda necessário investir na formação contínua e na avaliação do desempenho dos docentes a fim de garantir a eficiência no processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa enquanto disciplina curricular, com vista a desenvolver nos estudantes do ensino médio da província de Luanda a proficiência e competência linguística.

6.3 Caracterização da Língua Portuguesa em Luanda

A Língua Portuguesa assenta fundamentalmente nas suas raízes latinas, com isso queremos dizer, que a LP é uma língua que teve a sua origem a partir do latim. Ao longo do tempo e com a expansão europeia, o português passou a se constituir nos vários lugares do mundo, nomeadamente em países como Portugal, Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Estes países têm o Português como língua oficial do Estado, igualmente, é a mesma língua que se configura no sistema de ensino.

O fato de o português possuir o estatuto de língua oficial nos países supracitados é notável as alterações, as mudanças e as variações que essa mesma língua sofre mediante os espaços onde nela se encontra. No contexto angolano, constata-se diversas mudanças na LP fruto da interação e troca cultural que ocorreu durante o período colonial, permitindo a alteração significativa da língua falada neste território.

Como já fizemos menção anteriormente, a província de Luanda, Capital de Angola, é considerada como uma região multiétnica, pois o seu território é constituído por pessoas de diferentes culturas e etnias provindas de outras províncias do país. Consequentemente, estes indivíduos são falantes de diferentes línguas, como consequência disso, Luanda é considerada como uma sociedade multilíngue. Assim sendo, verifica-se um nível considerável de diversidade linguística por conta dos falantes que vivem e que se encontram no respectivo território. Para além do Português fala-se outras línguas nativas que mais se destacam, nomeadamente o Kimbundu, o Umbundu e o Kikongo.

No entanto, compreende-se que o português falado em Angola, e particularmente, na província de Luanda é totalmente diferente daquele que é falado em Portugal, assim como também se diferencia do Português que se fala no Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O processo de formação do português falado em Angola, de acordo com Inverno (2004), teve como forma a convergência de um empréstimo massivo para as línguas de substrato e uma posterior mudança para o português, como uma das primeiras línguas dos falantes em Angola, particularmente nas áreas urbanas costeiras, como é o caso de Luanda, onde se concentra grande parte da população angolana.

Assim sendo, conforme afirma Undolo (2019)

[...] O certo, porém, é que muitos foram e ainda têm sido os fatores que contribuem para a angolanização da Língua Portuguesa. Pelo que tudo indica que o Estado angolano, num futuro não muito distante, acabará por assumir como padrão um dialecto vertical, grandemente marcado pela classe dominante que reside em Luanda, a capital do país, onde se encontram os poderes: executivo, legislativo e judicial; mas também onde se concentram as grandes organizações não-governamentais, quer as que têm fins lucrativos ou comerciais, quer as de carácter filantrópico, religioso, ou meramente cultural (UNDOLO, 2019, p. 25).

Tendo em conta essa ideia, podemos compreender que Luanda é a região de Angola onde se concentram as instituições e organizações da elite, aquelas que detêm maiores privilégios na sociedade. Com base nisso, dá para entender que é nessa região onde se fala o português considerado mais aceitável pela sociedade em geral. Nesse sentido, é notório a pressão e, consequentemente, a preocupação do Estado angolano em assumir o português falado pela classe dominante que reside na província de Luanda como o modelo padrão aceitável a se seguir, até mesmo nas escolas.

De acordo com Teresa, Sebastião e Bento (2010)

[...] Em Angola, apesar do seu vasto património linguístico já referido, o português impõe-se como a única língua oficial e de escolarização, pelo facto de, desde a época colonial, por interesses políticos se sobrevalorizar o Português e se excluir as línguas locais, sancionando uma realidade de bilinguismo social e de diglossia (TERESA; SEBASTIÃO; BENTO, 2010, p. 24).

Conforme já referimos antes, o português é a única língua oficial e de escolarização no território angolano, assim sendo o português é também a única língua mais valorizada no país. Entretanto, este estatuto que a LP desempenha em Angola, deixa à margem as outras línguas nativas e locais que se fala dentro do território, sobretudo na província de Luanda, já que é a capital do país.

Teresa, Sebastião e Bento (2010, p. 48) declaram que “no momento posterior à descolonização, eram poucos os que dominavam realmente a língua que fora, na época, escolhida para ser a língua oficial e veicular do recente país”. Na sua maioria, os angolanos tinham como língua materna uma das várias línguas locais, como o kimbundu, o umbundu ou o kikongo e, como tal, ao entrarem em contacto forçado com o português, contaminaram de modo inconsciente algumas das características dessas mesmas línguas.

Ademais, conforme os autores ilustram o seguinte:

[...] esta intromissão ressalta a diversos níveis: ao nível fonético, pela aproximação de sons; pela modificação da estrutura sintáctica do português, através da inclusão de regras estruturais pertencentes às línguas, para os angolanos inatas; no enriquecimento do léxico com palavras externas; entre outros aspectos [...] (TERESA; SEBASTIÃO; BENTO, 2010, p. 48).

De fato, é notável que as línguas locais ou línguas nativas de Angola contribuíram e ainda continuam contribuindo na transformação e modificação da estrutura da LP, quer a nível fonético, quer a nível sintático e, por sua vez, a nível léxico.

Entretanto, as transformações à nível fonético se verifica através dos sons que algumas palavras em português ao serem pronunciadas se aproximam das línguas nativas. Ao passo que, as transformações e modificações à nível da sintaxe podemos constatar que as línguas nativas de Angola acabam interferindo consideravelmente nas estruturas sintática do português dos falantes luandenses. Já as transformações a nível

lexical se verifica através do que podemos chamar aqui de “bantuísmos” no processo de constituição de várias palavras que fazem parte do vocabulário das línguas nativas de Angola, e isso tem contribuído no enriquecimento do próprio Português Angolano.

Nesta perspectiva, de acordo Undolo (2016), por bantuísmos podemos entender como sendo as palavras constituídas a partir das unidades lexicais provenientes das línguas bantu. Desse modo, bantuísmo tem a ver quando uma palavra de origem nativa se modifica para o português, obedecendo as regras e os critérios de formação de palavras da LP, sem perder a sua essência, tampouco o seu significado. A título de exemplo, temos a palavra “kimbanda” proveniente da língua Kimbundu, que significa curandeiro, ou especialista em medicina tradicional. Sendo que para a constituição dessa palavra para o português, teremos: kimbandeiro (onde kimband- = radical; + -eiro = sufixo nominal).

Undolo nos dá uma definição clara de língua bantu, ademais procura empreender esforços para a compreensão da mesma, segundo autor:

[...] bantu designa todas as línguas faladas do Sul dos Camarões até à África do Sul, que têm semelhanças fonéticas, morfológicas, semânticas e lexicais. [...] a maioria das línguas angolanas africanas pertence ao grupo de línguas bantu. São elas, a título de exemplo, o Umbundu, Kimbundu, Cokwe, Ngangela, Nyaneka, Kwanyama, Mbunda, Ciluba, Ciluvale, Ocihelelo, Ndonga, Kikongo, Humbi, etc. (UNDOLO, 2016, p. 39).

Com base nisso, podemos afirmar que as línguas bantu são a maioria das línguas nativas africanas que se encontram no território angolano e que têm suas semelhanças a partir da fala, da escrita, das estruturas de organização das sílabas, das palavras e das frases.

Segundo Undolo (2016, p. 204) “As alterações registradas no plano fônico caracterizam os hábitos articulatórios próprios dos naturais e habitantes de Angola no geral, influenciados pelas línguas bantu nativas”. Desse modo, é notório que em Angola existe uma grande diversidade de línguas bantu nativas, porém essas línguas influenciam de modo considerável na fala dos próprios habitantes naturais do país. No caso particular da província de Luanda, é comum observar as interferências e alterações das línguas locais no português falado pela comunidade em geral.

Segundo Undolo (2019) deixa subentender que

[...] partindo de um contraste entre dialectos do PA, verifica-se que determinadas frases que seriam pouco aceitáveis têm maiores probabilidades de serem produzidas, por serem sempre compreendidas. Por exemplo, dizer em PA que “O Sapalo foi **na** escola” encerra uma construção aceitável; o mesmo não seria com a frase “Lhe bateram na mãe dela”. Ou seja, numa análise dentro da variedade nacional, ambas as frases são realizáveis e aceites. Todavia, a primeira é mais aceite do que a segunda. Neste caso, a primeira é, na verdade, uma construção típica do que eu chamaria aqui de gramatical do padrão angolano; e a segunda, como sendo típica de variantes populares (UNDOLO, 2019, p. 30, grifos do autor).

Se analisarmos a variante do Português Angolano, vamos dar conta que certas construções de frases podem ser mais aceites em relação a outras e isso não faz com que uma frase seja considerada a mais correta em detrimento da outra pelo seu grau de aceitação na sociedade. Entretanto, essas construções típicas de frases que são mais aceites da variante do Português Angolano é o que constitui a gramática do padrão angolano.

Na óptica de Undolo (2016)

A interferência, directa ou indirecta, da gramática das línguas bantu é um dos principais factores externos de mudança, relevantes na constituição da nova norma do PA, a que se podem juntar outros como o contacto com as diferentes culturas locais e as novas necessidades comunicativas que vão seguindo, [...] (UNDOLO, 2016, p. 204).

De acordo com o autor, podemos compreender que alguns dos principais fatores de mudança linguística que vem a se observar durante a constituição do Português Angolano são as interferências direta ou indireta das gramáticas das línguas bantu e o contato com as diferentes culturas locais. Nesse sentido, entende-se que as línguas bantu, de fato, contribuíram e ainda contribuem em larga escala para a formação do novo idioma utilizado pelos falantes da província de Luanda, no caso o Português Angolano.

Portanto, diante das considerações feitas acima, podemos compreender que a caracterização linguística dos falantes nativos de Luanda que têm a LP como língua materna ou língua segunda, é fortemente marcado pelas interferências e influências das línguas bantu nativas e pela proporção do contato que estes mantêm com outras culturas locais. Nesta linha de pensamento, isso tem mantido alterações no português falado em Luanda, no plano fonético-fonológico, no plano da semântica e do léxico, assim como no plano da morfologia e da sintaxe.

7 METODOLOGIA

A metodologia compreende-se como sendo os passos ou caminhos a seguir para alcançar os objetivos que se pretende atingir durante uma pesquisa. Deste modo, cada tipo de pesquisa realiza-se de acordo com um plano, através do qual se definem os métodos, as técnicas e as estratégias necessárias para o desenvolvimento da mesma.

Segundo se pode ler em Lessard-Hébert et al. (2008, p.15), a metodologia pode ser definida como “um conjunto de diretrizes que orientam a investigação científica”.

Entretanto, para a realização da nossa pesquisa, baseamos nos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, sendo que por meio dela é possível reunir informações que servirão de base para a construção da presente pesquisa. Partindo desse prisma, a metodologia de pesquisa bibliográfica nos fornecerá fontes de referência para o estudo da variação linguística presente no português falado pelos alunos luandenses. Assim sendo, conforme Boccato (2006)

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (BOCCATO, 2006, p. 266).

Tendo em conta os objetivos e a natureza do trabalho, a nossa pesquisa será desenvolvida com base em um levantamento bibliográfico que nos possibilitará compreender o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa em Luanda frente à variação linguística dos alunos do ensino médio da referida província. Nesse sentido, foram reunidas determinadas obras que revelam alguns sinais de variação linguística no português falado em Angola e particularmente na província de Luanda, bem como o processo de escolarização da Língua Portuguesa e as particularidades linguísticas dos alunos que se encontram no respectivo território.

Conforme nosso foco de abordagem, nos baseamos nos estudos de Mateus e Cardeira (2007), que descrevem a variação linguística enquanto fenômeno natural inerente a todas línguas naturais, também abordam questões sobre a norma-padrão; Cunha e Cintra (2013) abordam sobre a dinâmica das línguas se modificarem mediante o uso dos falantes e apresentam as variedades linguísticas; Undolo (2016; 2019), apresenta contributos sobre a norma do Português Angolano e o contributo das línguas nativas africanas faladas em Angola na construção do próprio português; aborda

especialmente sobre os subsídios para o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa em Angola; Teresa, Sebastião e Bento (2010) fazem uma descrição das particularidades e dos traços linguísticos do português de Luanda, a nível fonético, morfo-sintático e semântico.

Ademais, ainda nessa mesma senda, futuramente pretendemos também nos expandir para uma metodologia de estudo de caso na qual nos ajudará a analisar os dados obtidos ao longo da presente pesquisa. Assim, conforme afirma Goldenberg (2004, p. 33-34) “O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto”.

Portanto, é interessante reiterar que posteriormente nos atentaremos no estudo de caso, onde utilizaremos diversos procedimentos e técnicas de pesquisa, tais como: a observação direta e participante e as entrevistas. Nesse sentido, serão entrevistados um número estimativo de professores que lecionam a disciplina de Língua Portuguesa, onde estes poderão debruçar sobre os manuais e as metodologias usados para o processo de ensino-aprendizagem do português, especificamente em algumas escolas da província de Luanda, nomeadamente as escolas situadas no município de Cacuo, Cazenga e Viana, uma vez que são municípios localizados nos espaços periféricos de Luanda. Sendo que, a variedade do português falado pelos alunos que residem nestas localidades são fortemente marcados pela marginalização e exclusão nas escolas.

8 CRONOGRAMA

Etapas	2021.1	2021.2	2022.1	2022.2
Pesquisa Bibliográfica	X	X		
Coleta de Dados		X		
Análise dos Dados		X		
Redação Final		X	X	X
Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso				X

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA, Constituição (2010). **Constituição da República de Angola**. Artigo 19º - Línguas, 2010. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BOCCATO, Vera Regina Casary. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Lisboa: Edições Sá da Costa, 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GOLDENBERG, Mirían. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

INVERNO, Liliana. **Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs mudança linguística**, In M. Fernández, M. Fernández-Ferreiro and N. Vázquez Veiga, eds. *Los Criollos de base ibérica*: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt am Main: Vervuert, pp. 201-213, 2004. Disponível em: https://www.uc.pt/creolistics/research/angola/inverno_2004>. Acesso em: 22 nov. 2018.

LESSARD-HÉBERT, Michele et al. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto PIAGET, 2008.

MATEUS, Maria H. M.; CARDEIRA, Esperança. **Norma e variação: o essencial sobre língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2007.

QUINTA, Joana; BRÁS, José; GONÇALVES, Maria Neves. O Umbundo no poliedro linguístico angolano: a Língua Portuguesa no entrelaçamento do colonialismo e pós-

colonialismo. 2017, pp. 137-154. **Revista Lusófona de Educação.**, 35, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/349/34951149009.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

TERESA, Cristina; SEBASTIÃO, Joaquim; BENTO, Francisco. **Contributo para uma caracterização linguística do luandense**. 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/4044/1/4416.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

UNDOLO, Márcio. **A Norma do Português em Angola**: subsídios para o seu estudo. Caxito: Copyright ESP-Bengo, 2016.

UNDOLO, Márcio. **Língua Portuguesa**: subsídios para o seu ensino em Angola. Luanda: Centro de Língua Portuguesa ECO7, 2019.